



A fábrica de celulose veio rebocada do Japão, custou US\$ 270 milhões e já exporta US\$ 110 milhões anuais

Especial

A encruzilhada do Jari

O projeto que custou US\$ 1 bilhão a Daniel Ludwig está ameaçado, mas o governo discute alternativas e resolverá o problema até o final do ano

Sobre a mesa do general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, repousa há dias um documento preparado pelo almirante Roberto Gama e Silva, do Grupo Executivo de Estudos do Baixo Amazonas (Gebabam), um silencioso braço do Conselho de Segurança Nacional. O documento aponta problemas e relaciona sugestões para que o governo decida o que quer, afinal, do Projeto Jari — um imenso empreendimento implantado em plena selva amazônica, a um custo de 1 bilhão de dólares, todos eles saídos até agora do bolso do empresário americano Daniel K. Ludwig. A partir desse minucioso dossiê, que aborda temas

tão controversos e politicamente incendiários como a questão da titulação de terras na área e a participação do capital estrangeiro na exploração da Amazônia, o presidente João Figueiredo tomará uma difícil decisão: definir os destinos do mais extraordinário pomo de discórdia que a Amazônia já conheceu. Na semana passada, com o prazo que o governo concedeu a si próprio aproximando-se do fim, um dos ministros próximos à questão era taxativo — a decisão não passa deste mês de dezembro.

Qualquer que seja ela, e por mais discretamente que o governo a encaminhe, é certo que será recebida com um estridente, furioso coro de críticas, como sempre acontece em quase tudo

que diga respeito ao Projeto Jari — talvez um caso único, em todo o mundo, de empreendimento que quase ninguém viu, conhece ou sequer sabe direito onde fica, mas a respeito do qual quase todos discorrem com absoluta segurança, em geral contra.

Obra maior de Ludwig, um homem que aos 83 anos tem sido uma lenda viva em seu tempo, e provavelmente o maior empreendimento agroindustrial jamais realizado em toda a história do capitalismo por um só empreendedor, o Projeto Jari se arrasta há meses pela areia movediça da burocracia federal, à cata de definições. De uma Jaribrás estatal a uma Fordlândia abandonada nas selvas, passando por hipóteses menos

AP3R ØØ51

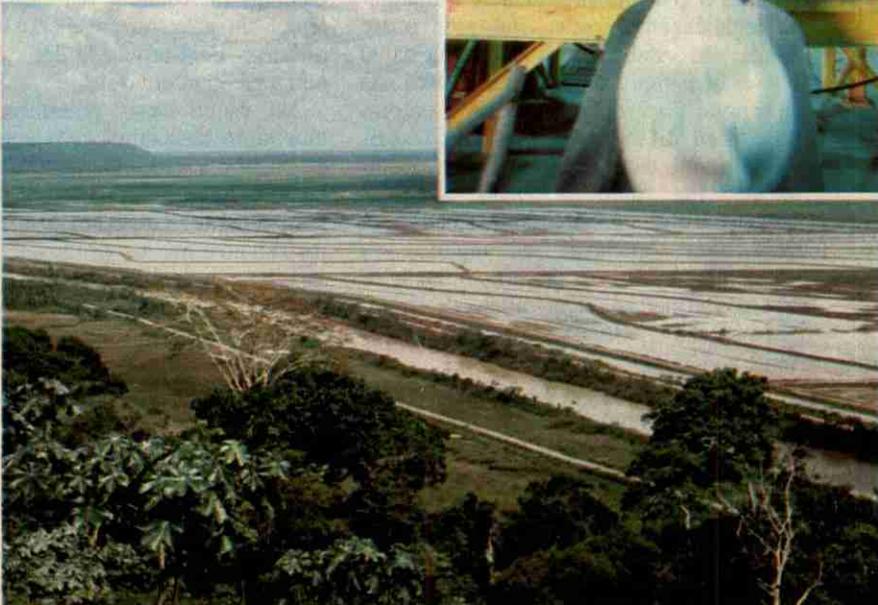
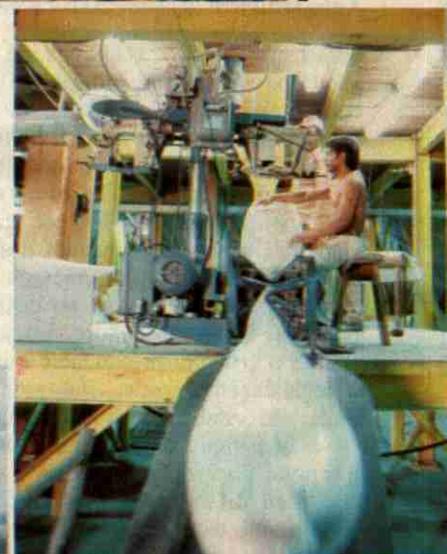


PEDRO MARTINELLI

FOTOS PEDRO MARTINELLI



Máquinas com capacidade de levantar até 60 toneladas de carga, dirigidas por um só homem, transportam as toras de madeira para a serraria. As margens do Amazonas, extensas plantações de arroz abastecem uma usina de beneficiamento, de onde o produto sai empacotado, pronto para ser exportado ou vendido no mercado interno





PEDRO MARTINELLI

Auto-suficiência alimentar é a meta

desastrosas, como a entrada de novos parceiros no empreendimento, muita coisa pode acontecer — até mesmo o simples atendimento das reivindicações que Ludwig faz ao governo para que este assuma os custos da infra-estrutura do Projeto, encaminhadas por carta enviada a Golbery em meados deste ano.

A carta de Ludwig arremessou o Projeto Jari, mais uma vez, ao centro das atenções. Nela, em síntese, Ludwig pede que o governo providencie a imediata legalização de seus títulos de posse ainda não estabelecidos de forma cabal — e que representam quase 40% da área total do Projeto, segundo a empresa. Além disso, após fazer tudo sozinho durante treze anos — o que, justamente, lhe valeu as iradas, retóricas acusações de estar transformando a área num “enclave” estrangeiro —, ele solicita que o governo brasileiro apareça afinal nos 1,6 milhão de hectares ocupados pelo Projeto, algo equivalente ao Estado de Sergipe.

O Jari, lembra Ludwig, é parte do Brasil — e, como tal, tem direito a serviços de água, luz, esgotos e outros, hoje prestados gratuitamente pela empresa, assim como seus funcionários têm direito a financiar a compra das suas casas através do BNH, ou a serem atendidos por serviços públicos que

vão de cartórios do registro civil a delegacias de polícia e postos do INPS. Enfim, a reivindicação básica é que o governo passe a arcar com os custos sociais do projeto — que, de uma receita esperada este ano da ordem de 110 milhões de dólares, terá uma despesa global de 250 milhões. Ou seja, de cada 1 dólar de receita este ano, Jari consumiu nada menos que 2,27 dólares, bancados diretamente por Daniel Ludwig.

TUMULTO GERAL — Ao governo, naturalmente, não será fácil, em um só movimento, atender a Ludwig e não despertar paixões nacionalistas, ou pura e simples xenofobia — inclusive na própria máquina governamental —, reações que sempre afloram passionalmente nos litígios com o capital estrangeiro. Ainda mais quando se trata de extensões tão grandes de terra, e de uma pendência localizada na Amazônia — que todos querem preservar, mas para cujo desenvolvimento poucos estão dispostos a arriscar seu próprio dinheiro. A decisão governamental, reconhecem as partes, será política. “Ao que me consta”, confirma o advogado Avertano Rocha, procurador de Ludwig no Brasil, “o problema saiu da órbita puramente jurídica, ou administrativa.” Em outros setores do capital estrangeiro instalado no Brasil, o sentimento de inquietação não é menor. É o caso de José Mano da Silva, presidente do Banco Internacional — uma associação do Bank of America, o maior banco do mundo, com o Royal Bank of Canada. “Não entendo muito bem o porquê da resistência do governo em atender às reivindicações de Ludwig”, diz. “O país só tem a ganhar com o Jari.”

No vácuo dessa polêmica, ressuscitam junto ao capital estrangeiro antigos e perigosos temores quanto à eclosão de uma nova onda de xenofobia. Sintomaticamente, começam a aparecer dentro do governo os grupos pró e contra Jari (ver página 78). De um lado, há os que argumentam “ser muito problemático”, em termos de “segurança nacional” — seja isso lá o que for —, o fato de um estrangeiro deter grandes áreas de terras. Um militar que ocupa um posto importante no Planalto afirma que um dos pontos críticos da discussão era o desejo de Ludwig de que sua propriedade fosse inviolável, com o que o governo, evidentemente, não concordou. Esse desejo, no entanto, é ve-

vementemente negado pelo vice-presidente de Finanças da Jari Florestal Agropecuária Ltda., José Luís da Costa André. “Soltaríamos foguetes de alegria se o governo declarasse Monte Dourado — a sede do Projeto — um município e viesse aqui se instalar, com toda a sua autoridade” — e com todas as repartições públicas que a área, hoje um complexo conglomerado humano, passou a necessitar para ter uma vida normal.

Há, naturalmente, os que vêm com simpatia a ação de Ludwig na Amazônia. Como um outro assessor do presidente Figueiredo, que revela existir no Palácio do Planalto disposição de ajudá-lo. “Mas não poderemos dar tudo o que ele quer. O Brasil tem suas próprias dificuldades”, ressalta. O consultor-geral da República, Clóvis Ramalheite, que há um ano enviou parecer ao Conselho de Segurança Nacional sobre a questão de sucessão de terras na área do Projeto Jari — doadas por Ludwig a um instituto de pesquisa do câncer que leva o seu nome e está sediado em Zurique (ver página 75) — é um dos poucos que manifestam sua opinião de forma inteligível. “Jari”, diz ele, “é obra de espanto. Ludwig é sobrevivente da estirpe dos grandes titãs do início do ca-

mente negado pelo vice-presidente de Finanças da Jari Florestal Agropecuária Ltda., José Luís da Costa André. “Soltaríamos foguetes de alegria se o governo declarasse Monte Dourado — a sede do Projeto — um município e viesse aqui se instalar, com toda a sua autoridade” — e com todas as repartições públicas que a área, hoje um complexo conglomerado humano, passou a necessitar para ter uma vida normal.

Uma obsessão inabalável pelo anonimato

Na quadragésima edição do *Who's Who in America*, seu nome vem acompanhado de um asterisco. Entre as 72 000 personalidades que figuram na exclusiva lista, Daniel Keith Ludwig foi um dos raros que se recusaram a confirmar até mesmo os mais elementares dados biográficos. Nem seu excêntrico, recluso colega bilionário Howard Hughes — que, por sinal, morreu em um dos hotéis de propriedade de Ludwig — chegara a tais extremos para manter-se no anonimato. Aos 83 anos, Ludwig, porém, não chega a ser um incomunicável obsessivo como Hughes. Apesar da idade, até recentemente ele ainda fazia vez ou outra a pé o percurso de 10 minutos entre seu apartamento de cobertura no Edifício Park V, na Quinta Avenida, em Nova York, até a Burlington House, na Avenida das Américas, sede da National Bulk Carriers Inc., a matriz de seu império.

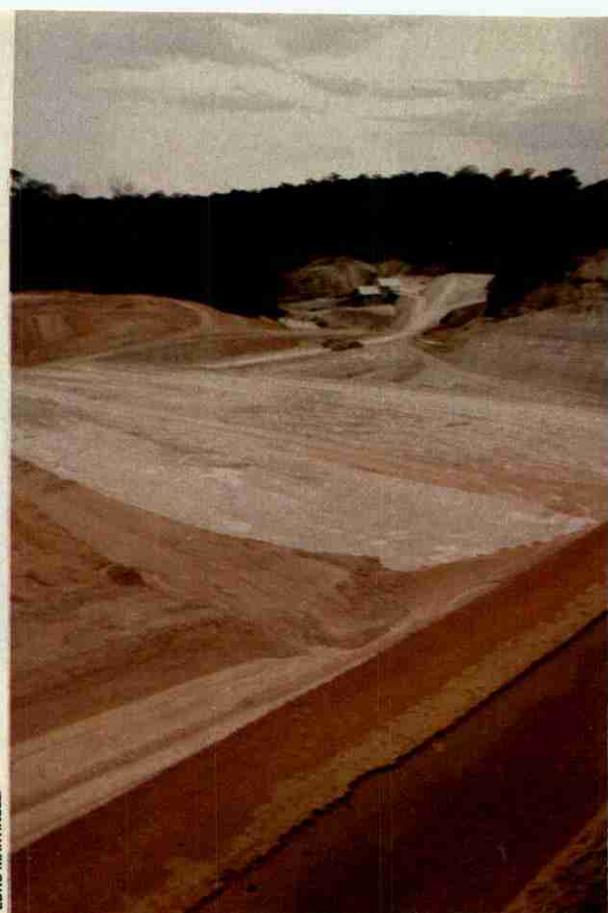
como Rockefeller, Morgan e outros.

A obra, na verdade, acabou por espantar o próprio Ludwig. Segundo explica o ministro Ernane Galvêas, o problema é que ele teria gasto muito em seu projeto e, como não obteve retorno do capital aplicado, não acha justo ter de investir agora também em infraestrutura urbana e social, cada vez mais necessária na região. "O governo", declara, "não deu nada para o Jari, mas acontece que ele não pediu. Particularmente, acho que o governo deve ajudar." Mas é o ministro Delfim Neto que aterrissa mais objetivamente no âmago da questão. "É um tumulto danado em torno do assunto. Ludwig fez tudo. Mas o que se vai fazer? Vem um coronel e questiona, um burocrata de segundo escalão faz um discurso. É uma coisa horrível. Somos mesmo um país de irresponsáveis."

PASSADO DE CONFLITOS — Daniel Ludwig, que nos últimos dias retirou-se de seu quartel-general de Nova York para aguardar a decisão do governo numa de suas propriedades na Califórnia, é hoje um homem amargurado com o Jari. A amigos, ele tem se confessado chocado com as toneladas de críticas e

acusações que lhe são feitas regularmente desde que, em 1967, comprou de quatro portugueses, por 3 milhões de dólares, a Jari Indústria e Comércio Ltda. O principal ativo da empresa era constituído por títulos de propriedade com uma área total de quase 4 milhões de hectares, situada ao norte do rio Amazonas, entre o Território do Amapá e o Estado do Pará, numa região dominada pelo rio Jari, afluente do Amazonas.

Em apenas treze anos, um secular deserto verde transformou-se numa área de ponta, sem paralelo no planeta, em termos de desenvolvimento agroindustrial. Mais que isso, transformou-se no único espaço, entre os 1 500 quilômetros que separam Belém de Manaus, onde alguma coisa realmente está crescendo. Em um só fôlego, foram tocados um sofisticado complexo florestal, num regime inédito de plantio e corte, uma moderna fábrica de celulose, a extração e o beneficiamento do minério do caulim — usado nas indústrias de papel, farmacêutica e cosméticos —, uma das



PEDRO MARTINELLI

A mina de caulim substituiu importações

Quando desloca-se para sua mansão na Califórnia ou visita alguns de seus empreendimentos espalhados por 23 países, Ludwig viaja na classe turística. E ocasionalmente ainda almoça em público em um de seus restaurantes preferidos em Nova York — o do Hotel Warwick ou o elegante Club 21. Mesmo nessas ocasiões, é comum sua presença passar inteiramente despercebida. Afi-

nal, ele raramente tem sua foto publicada, e não costuma freqüentar a sociedade. Ludwig é homem de poucos amigos. Um deles, desde os tempos de Hollywood, é o agora presidente americano Ronald Reagan, para cuja campanha Ludwig teria destinado uma expressiva contribuição.

No trabalho, Ludwig tem fama de autoritário, exigente com o pequeno círculo de altos executivos que o ajuda a comandar sua teia internacional de operações — de minas de carvão na Austrália e nos EUA a empreendimentos imobiliários na Flórida e na África do Sul, passando por estaleiros no Japão, refinarias de petróleo na Escócia, fazendas de gado na Venezuela e hotéis no México e no Caribe. Além, naturalmente, de sua coleção de petroleiros, ramo onde se

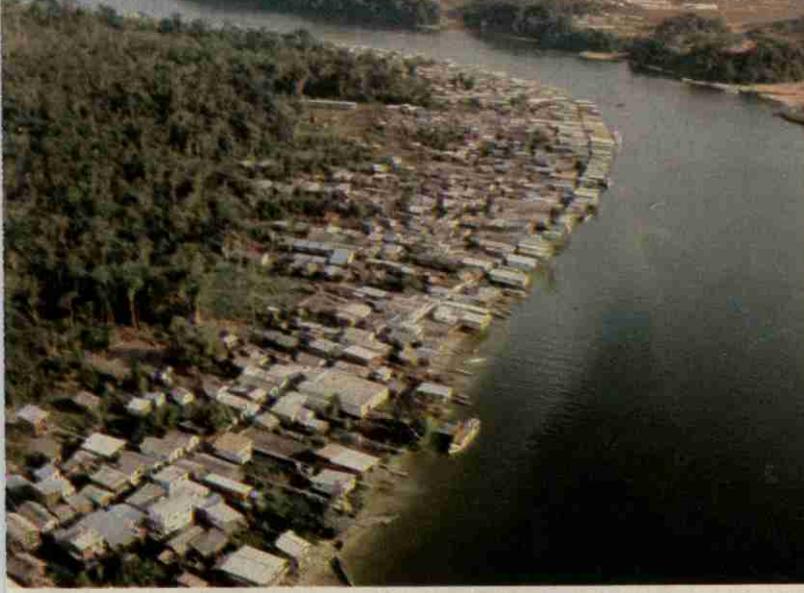
originou parte considerável de sua fortuna, iniciada em 1916 com um capital de 5 000 dólares, emprestados pelo pai, um corretor imobiliário.

Com o dinheiro, Ludwig comprou e recuperou um velho barco a vapor afundado e iniciou-se no ramo da navegação lacustre. Dez anos depois ele comprava seu primeiro petroleiro, e outra década adiante imaginava o tipo de negócio que faria disparar sua fortuna. Ludwig conseguia contratos de transporte para a produção futura das companhias petrolíferas sem ter os navios necessários para cumpri-los, e em seguida usava os contratos como garantia para obter junto aos bancos os recursos para construir os navios. Durante a II Guerra, já tinha dinheiro suficiente para construir petroleiros para o governo americano — mediante um contrato de ter os navios de volta após a guerra. Terminado o conflito, Ludwig detinha praticamente a exclusividade do transporte de petróleo no mundo. Daí até os 5 bilhões de dólares em que é calculada sua fortuna hoje foi bem mais simples.

SELMA SANTA CRUZ, de Nova York



Reagan é amigo de Ludwig desde Hollywood



FOTOS PEDRO MARTINELLI

... com um movimentado comércio

Nas margens do Jari surgiu o Beiradão, 12 000 habitantes, sobre palafitas...

maiores e mais arrojadas plantações de arroz do mundo, além de pecuária, avicultura e agricultura.

A idéia inicial era apenas substituir a mata nativa com o plantio de florestas homogêneas, com árvores destinadas à produção de celulose — que é o último estágio do processo de fabricação de papel — em fábrica própria. A mina de caulim, com reservas avaliadas em 100 milhões de toneladas, foi descoberta incidentalmente em 1968 durante pesquisa de solo para o plantio de florestas. A jazida aflorou poucos centímetros abaixo do solo. As reservas de bauxita, avaliadas em apenas 25 milhões de toneladas, mas com alto teor de pureza, foram encontradas num levantamento aéreo — e nada têm a ver com as demais concessões de Ludwig próximas ao rio Trombetas, a 500 quilômetros do Jari, estimadas entre 500 milhões e 900 milhões de toneladas, e que recentemente tiveram a sua transferência para a empresa americana Alcoa embargada pelo governo. A decisão de plantar arroz, por fim, surgiu como um subproduto do plano de auto-suficiência alimentar do Projeto.

MITOS DA AMAZÔNIA — Não fosse pela origem de seu capital e pela resistência de treze anos da empresa em dar informações à opinião pública, o Projeto Jari provavelmente seria tão pouco discutido quanto outros projetos em desen-

volvimento na Amazônia. Ocorre que esse caráter secreto da personalidade de Ludwig acabou sendo assimilado pelos seus executivos no Brasil. Até há pouco tempo era proibida a entrada na propriedade de todos aqueles que não fossem convidados. O resultado natural foi a formação de um extenso cancioneiro de mitos, aceitos quase sempre sem nenhuma discussão nas áreas políticas e acadêmicas. Jari já foi descrito como um enclave dos Estados Unidos em território brasileiro, acusado de abrigar em suas terras campos de treinamento de *mariners* americanos e chegou-se a publicar, até mesmo, que existiam torres onde homens armados de modernos fuzis zelavam pela inviolabilidade do Projeto. Na verdade, as torres são destinadas ao sistema de prevenção de incêndio e nelas os funcionários só manejam binóculos.

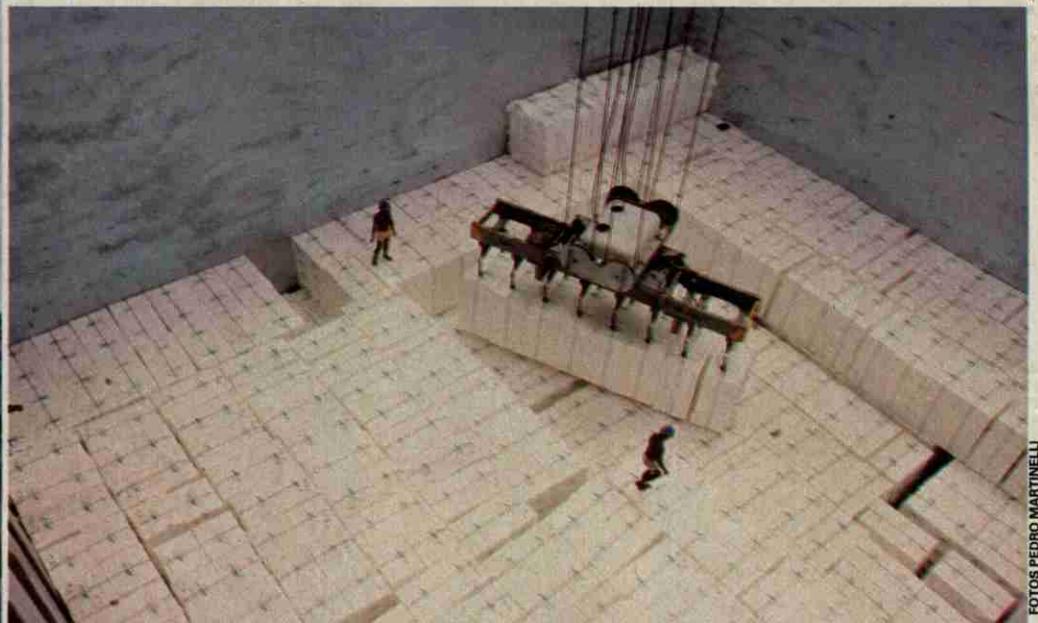
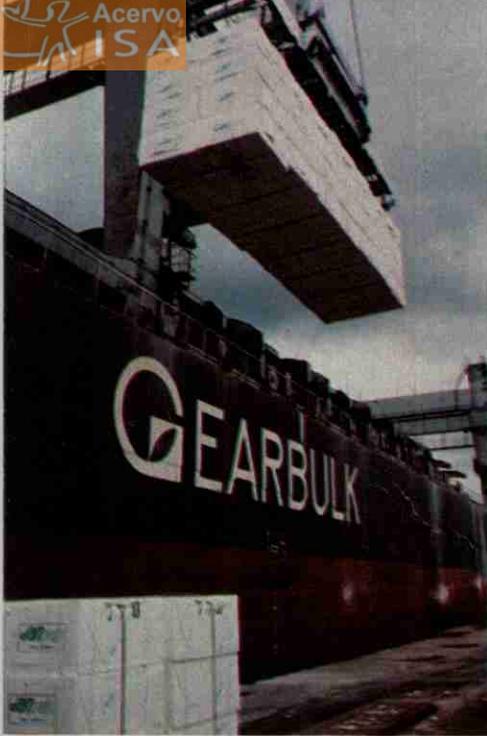
A antiga orientação do silêncio abso-

luto foi derrubada há alguns meses, dentro de uma ampla reformulação político-administrativa do Jari — que incluiu a substituição de todo o seu quadro diretivo de primeira linha por outra equipe com residência fixa no Brasil. A consequência é que os fatos começam a aparecer — e mostram dramaticamente o abismo que separa a realidade do Jari das idéias que circulam a seu respeito nos grandes centros. Monte Dourado, sede do Projeto, é um bom exemplo. Não consta dos mapas oficiais, e sequer é considerada um distrito ou vila dos municípios de Almeirim, no Pará, ou Mazagão, no Amapá, dentro de cujas fronteiras, tecnicamente, se localiza o Jari. No entanto, Monte Dourado, situada a mais de 500 quilômetros de distância das duas grandes capitais da Amazônia, Manaus e Belém, já é hoje, seguramente, o maior centro urbano e econômico ao norte do rio Amazonas.

RADAR E APITO — Em suas ruas circulam carros do ano. Nas calçadas, os habitantes desfilam com roupas da moda do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nas surpreendentemente movimentadas estradas internas do Projeto, revestidas com cascalho ou piçarra — trafegáveis o ano inteiro —, fiscais do “departamento de trânsito” da empresa, armados de radar e apito, obrigam os motoristas a cumprir o rígido limite de 70 quilômetros horários. Existem atualmente 600 quilômetros de estradas, e a meta é chegar a 1 400 quilôme-



Só um dos quatro supermercados fatura 1 milhão por dia



FOTOS PEDRO MARTINELLI

Navios de até 40 000 toneladas sobem o rio Jari para embarcar, num dos dois portos privados do Projeto, a celulose e o caulim

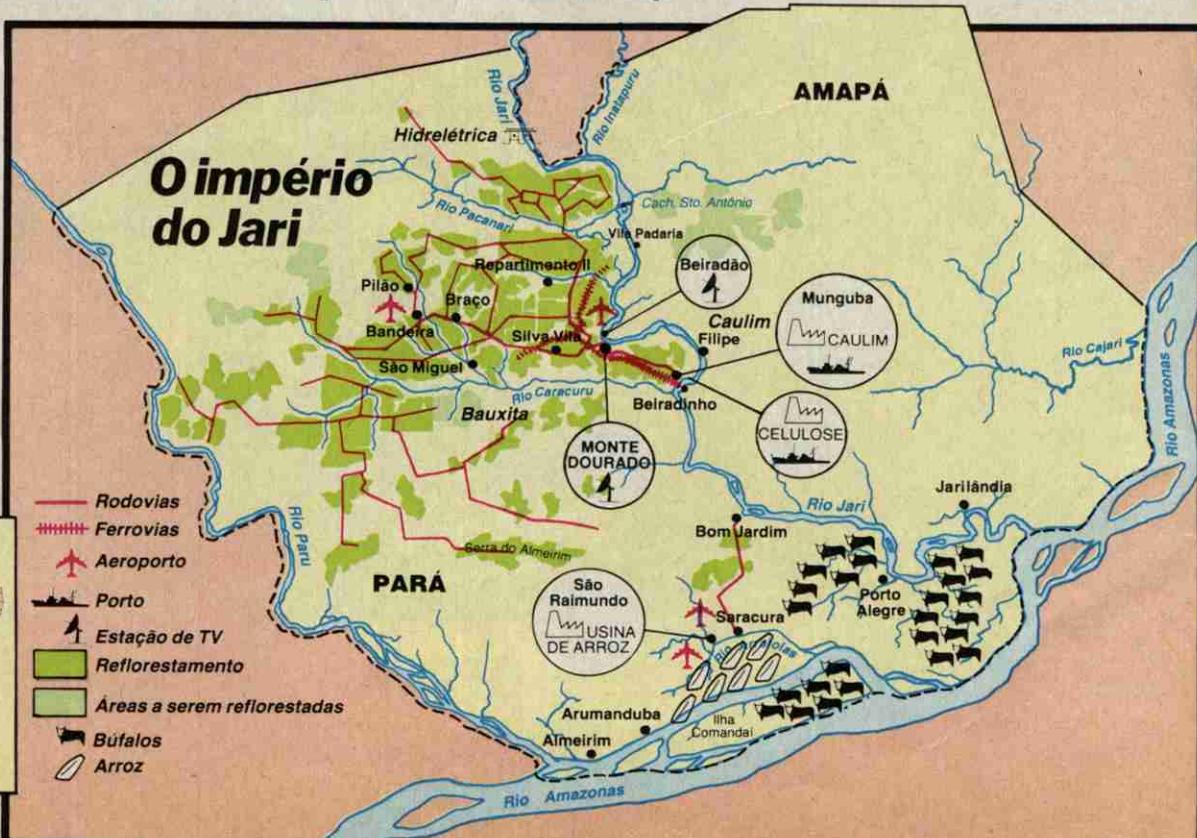
tros. Somente sua arrecadação tributária, da ordem de 200 milhões de cruzeiros mensais, já colocaria Monte Dourado no 150.º lugar entre os quase 4 000 municípios brasileiros.

Em Monte Dourado, centro administrativo, assim como em Munguba, onde se localizam as fábricas de celulose e de caulim do Projeto Jari, e São Raimundo, que abriga o projeto de arroz, vivem hoje 35 000 habitantes. Há energia elétrica, distribuída através de uma rede de 450 quilômetros, água encanada, sistema de esgotos, coleta de lixo, cinco unidades escolares de primeiro e segundo grau — onde estudam 3 700 alunos — e um hospital com 86 leitos. O serviço social é prestado gratuitamente pelo Jari aos moradores numa região ainda precaria-

mente assistida pelos órgãos governamentais. Existem ainda quatro supermercados, um deles com movimento diário de 1 milhão de cruzeiros, quatro refeitórios, que servem 650 000 refeições por mês, vários clubes e todo o equipamento comunitário.

PRIVILÉGIOS NA MATA — Todas as residências dos funcionários de nível médio para cima são dotadas de máqui-

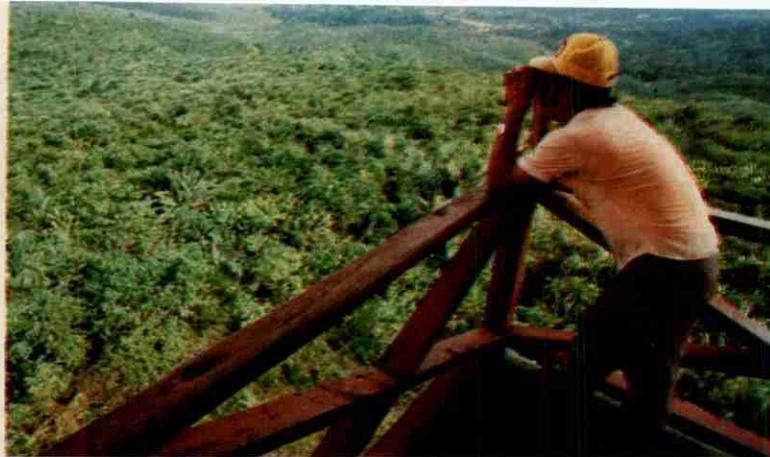
nas de lavar e secar roupa, ar condicionado, geladeira e mobília completa e, na garagem, há um carro com gasolina gratuita. Em madeira ou alvenaria, as casas — todas de um só andar — foram concebidas em Nova York especialmente para resistir às duras condições climáticas da Amazônia, onde em alguns meses chove duas vezes por dia. Os aluguéis são simbólicos, variando de um máximo de 1 790 cruzeiros men-



SANT'ANA

saís a 120 cruzeiros — que é quanto um funcionário solteiro, sem qualificação, paga para morar em alojamentos coletivos.

O Jari tem tido pesadas despesas, também, nos subsídios para a alimentação: de um custo por pessoa de 6 960 cruzeiros mensais, a empresa desconta apenas de 460 a 3 000 cruzeiros no envelope de pagamento de seus funcionários, dependendo do nível de salário. Estes, por sua vez, estão acima da média paga no norte do país — e, nas funções qualificadas, nivelam-se aos salários pagos em São Paulo. Os professores, por exemplo, recebem de 26 000 a 42 000 cruzeiros — três vezes mais que os salários pagos pelo Estado do Pará ao professorado. O salário médio dos médicos é de 100 000 cruzeiros, e



PEDRO MARTINELLI

Na torre, armado de binóculos, o vigia controla incêndios

um engenheiro não começa com menos de 120 000. O salário mais baixo é de 5 500 cruzeiros mensais, e a média em todo o Jari é de cerca de 30 000 cruzeiros mensais — um fator a mais a jogar para as nuvens os custos da operação.

O BEIRADÃO — Os orçamentos do Jari poderiam ser vistos como um pesadelo por analistas financeiros preocupa-

dos em equilibrar receita e despesa, mas acabaram criando na área uma massa de dinheiro suficiente para atrair até lá uma agência do Unibanco. A capacidade de poupança dessa pequena comunidade, segundo o jovem gerente da agência do banco em Monte Dourado, Santiago Sanchez, chega a equivaler ao valor do salário pago pelo Jari a seus funcionários. De fato, se não há muitos locais onde gastar, só resta poupar. Não é por outra razão que Sanchez, um mineiro de Belo Horizonte, confessa estar muito satisfeito com sua estada em Monte Dourado. Com exclusividade, ele abocanha um movimento comercial que chega a 600 milhões de cruzeiros mensais.

Os olhos de Sanchez dirigem-se com especial cuidado para o Beiradão — a

Os verdadeiros donos do Projeto Jari

Daniel Ludwig e sua esposa Ginger não têm herdeiros, mas boa parte de sua fortuna já tem destino certo. Todos os bens de Ludwig fora dos Estados Unidos — incluindo o Jari e outras dezoito empresas no Brasil, a maioria de mineração, algumas em sociedade com outros grupos — foram doados para o Instituto Ludwig de Pesquisa do Câncer. O Instituto é uma sociedade por ações criada por Ludwig em 1971 em Zurique, na Suíça, com declarados fins humanitários — o que lhe garante total isenção de impostos. Esse privilégio, proporcionado pelas leis suíças, tem custado à entidade a acusação de ter sido criada sobretudo para gerir a riqueza do império Ludwig. O trabalho que o Instituto efetivamente realiza na luta contra o câncer, porém, é reputado como de boa fé pelos meios científicos da Suíça.

Instalado num desprezioso prédio de três andares do século XVIII, ao lado da catedral de Zurique, no coração da cidade, o Instituto Ludwig já investiu em pesquisas, desde sua fundação, 50 milhões de francos



CARLOS STRUWE

A sede do Instituto, em Zurique

suíços (aproximadamente 1,8 bilhão de cruzeiros), e, segundo seu diretor, dr. Hugo A. Frey — que também cultiva o hábito de não se deixar fotografar —, planeja aplicar mais 100 milhões de francos nos próximos cinco anos. Além da sede central, existem sete filiais, em Lausanne e Berna (Suíça), Londres e Cambridge (Grã-Bretanha), Sydney

e Melbourne (Austrália) e Bruxelas (Bélgica). As filiais elaboram programas de pesquisa e de combate ao câncer através da contratação de hospitais inteiros e de cientistas em tempo integral. Tanto as investigações clínicas como as pesquisas de laboratório concentram-se nas formas mais comuns de câncer humano: câncer do seio, do pulmão, do sangue e câncer de foco desconhecido.

No ano passado, as equipes de cientistas que trabalham para o Instituto publicaram 110 documentos e prepararam outros 115 trabalhos científicos ainda em fase de avaliação. Através das 437 páginas de seu volumoso relatório científico de 1979, o Instituto que herdou o Jari presta informações bastante detalhadas sobre o trabalho que vem sendo realizado por centenas de cientistas em vários países. E alguns dos mais famosos especialistas mundiais fazem parte de seu comitê de supervisão científica, entre eles Hugh Butt, ex-professor da Clínica Mayo, Carl Baker, ex-diretor do Instituto Nacional do Câncer dos EUA, e Lloyd Old, do Sloan-Kettering Institute.

CARLOS STRUWE, de Zurique



PEDRO MARTINELLI

Na selva, com todo o conforto, esta casa é alugada por Cr\$ 2 000

grande favela construída sobre palafitas, que começou, de uns anos para cá, a estender-se às margens do rio Jari, em frente a Monte Dourado. Beiradão, hoje já com quase 12 000 habitantes, e sua pequena filial, Beiradinho, situada em frente à cidade industrial de Munguba, crescem “a um ritmo estonteante”, segundo Lourival Alcântara, prefeito

do município amapaense de Mazagão, a quem as duas localidades estão ligadas. “Não pára de chegar gente atraída pela renda dos moradores do Jari”, diz ele.

DIREITOS E DEVERES — No Beiradão, efetivamente, todos têm alguma coisa para vender — de televisões colo-

ridas a máquinas de escrever. Numa movimentada passarela sobre palafitas, com mais de 8 quilômetros de extensão — a “avenida Beiradão” — encontra-se desde uma florescente comunidade de 800 prostitutas até o americano Michael Black Mahon, de Los Angeles, que largou seu posto no porto da fábrica de celulose para montar uma distribuidora de bebidas. Há, também, gente como o garimpeiro Deuclides Alberto — o mesmo que foi mostrar ao presidente Figueiredo, em março, uma pepita de ouro de 7 quilos achada em Serra Pelada. Deuclides vendeu a pepita por 8,5 milhões de cruzeiros e aplicou o dinheiro numa grande loja comercial de Beiradão. Na “avenida” também se encontra uma subagência da Receita Federal, um posto da Teleamapá e, sempre que há denúncia de abuso de preço, um fiscal da Sunab.

De certa forma, essa agitada comunidade sobre palafitas é mais um dos cavalos de batalha dos críticos do Projeto Jari. A empresa, realmente, não reconhece direitos ou deveres em relação a essa desordenada aglomeração de casas e barracos — mesmo porque argumenta que o Beiradão, espontaneamente instalado à beira do rio, está tecnicamente em área da Marinha. Sobretudo, porém, o Jari recusa-se a ter responsabili-

Como os ministros vêm o Projeto

O Projeto Jari gera controvérsias no meio governamental desde que o empresário Daniel Ludwig o iniciou. Pressionado pelos altos custos, Ludwig enviou ao general Golbery do Couto e Silva uma longa lista de reivindicações. A partir daí, um nu-

trido fogo de barragem começou a estourar nas áreas oficiais — com a burocracia do segundo ou terceiro escalões, freqüentemente, colocando-se na frente do partido anti-Jari. Na hora em que o presidente João Figueiredo tiver que decidir, estes

ministros serão chamados a opinar. Mas a simples menção do nome Jari ainda provoca arrepios em alguns deles, como no ministro do Interior, Mário Andreazza. Neste quadro, tem-se uma súmula de quem acha o quê, no governo, a respeito do Jari.

MEDEIROS

O chefe do Serviço Nacional de Informações, general Octávio Aguiar de Medeiros, é ostensivamente a favor do Projeto. "Não se preocupem", diz ele, "o Jari ainda vai render muito para o país." Medeiros assegura que os estudos do governo sobre o Projeto "são muito profundos". Não antecipa o que o governo vai atender ou recusar.



DELFIN NETTO

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, é o mais ardoroso defensor do Projeto — uma das coisas que mais o aborrecem são as críticas emocionais. Para ele, a discussão "é um absurdo". "Ludwig fez tudo sozinho: investiu e pesquisou em uma região difícil e desconhecida." Delfim é peça chave na decisão sobre as reivindicações de Ludwig.



CAMILO PENNA

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, apesar de se declarar imparcial, é o principal adversário do Projeto Jari dentro do governo. Para ele, o Jari é um projeto da livre iniciativa que assumiu riscos em contrapartida aos lucros que buscava. Critica também as importações de equipamentos. Com ele concorda toda a oposição.



ERNANE GALVÊAS

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, coloca-se claramente em defesa do Projeto. Afirma que não faz restrições ao ingresso do capital estrangeiro. Ressalva, apenas, que Ludwig precisa entender algumas regras internas. "Ele não pode ser uma exceção." Mas não hesita: "O seu trabalho na Amazônia é simplesmente sensacional".



CÉSAR CALS

O ministro das Minas e Energia, César Cals, confessa-se "sem condições" para fazer uma apreciação técnica sobre o Jari. Tampouco conhece bastante Ludwig para opinar sobre sua personalidade. Diz, apenas, que os projetos apresentados pelo empresário — eletricidade e mineração — estão de acordo com "as exigências constitucionais".



AMAURY STABILE

O ministro da Agricultura, Amaury Stabile, está entre os que colocam obstáculos ao desenvolvimento do Projeto Jari. "O fundamental é a definição da titulação da área pretendida, e só depois disso é que o Projeto deveria ser tocado", aponta Stabile. Ele diz que o Projeto deve ser acompanhado, "para que não se desvie dos objetivos nacionais".



dade pela favela porque seus moradores não são empregados do Projeto, mas gente que ali se instalou por conta própria. Lá não há esgoto, a água encanada só chega a algumas casas e a luz, de gerador, só é fornecida a quem pode pagar. Apesar disso, há um canal de televisão em Beiradão, a TV Mazagão, que transmite em cores a imagem da Rede Globo, disputando a audiência da região com a TV Monte Dourado, ligada ao sistema Bandeirantes.

Somente em uma das lojas do Beiradão o estoque de mercadorias totaliza 15 milhões de cruzeiros. Uma medida do elevado movimento comercial em Beiradão é revelado por Santiago Sanchez, que há duas semanas abriu um posto do Unibanco na "avenida": o saldo médio mantido por quinze lojas na agência é da ordem de 2 milhões de cruzeiros, cada.

COMEÇO DO RETORNO — Em Jari, lembra um dos funcionários mais anti-

gos da empresa, "economia era o que menos importava. O importante", disse, "eram as pesquisas". O dinheiro aplicado acabou fluindo naturalmente para fora do Projeto, e irrigando não só o comércio de Beiradão mas também os cofres do governo, sob a forma de recolhimento de impostos.

Os resultados, contudo, já são reais em muitos empreendimentos do Projeto Jari. Na área florestal, justamente a mais combatida obra de Ludwig na Amazônia, está a principal esperança do Projeto de começar a fazer dinheiro. Nesse setor foram investidos 123 milhões de dólares, segundo o balanço de 1979 da Jari Florestal e Agropecuária Ltda., mas o capital já está retornando. Quase 100 000 hectares estão plantados com gmelina, eucalipto e pinus, de onde sairão no próximo ano 1,37 milhão de toneladas de polpa para a moderna fábrica de celulose — importada inteiramente do Japão, de onde chegou rebo- cada numa odisséia marítima que consu-

miu três meses de viagem. Das florestas, inclusive nativas, sairão ainda mais 710 000 toneladas para queima na termelétrica e outras 40 000 diretamente para a serraria.

A fábrica de celulose, com uma capacidade de produção de 750 toneladas/dia de celulose, custou 270 milhões de dólares financiados a longo prazo, numa operação que vem a ser a única em que o governo interveio, mediante a concessão de aval do BNDE — que recebe por isso 0,5% ao ano sobre o saldo devedor. Mas a celulose exportada já está rendendo 110 milhões de dólares ao ano — e poderia até render mais, caso o governo não obrigasse o Jari a vender cerca de 15% de sua produção no mercado interno, a preços 50% mais baixos que no exterior.

A operação, como tudo no Jari, é cara. Toda a imensa produção florestal é transportada até a fábrica por ferrovia, cuja extensão atual é de 75 quilômetros, em bitola de 1,60 metro. Ao fim

do projeto florestal, quando 200 000 hectares estarão reflorestados e outra fábrica, também de 750 toneladas por dia, começará a produzir papel Kraft para exportação, as linhas ferroviárias terão atingido 220 quilômetros — a maior extensão a serviço de uma única empresa privada no país. Da ferrovia, as toras de madeira são descarregadas por máquinas com capacidade de levantar até 60 toneladas de uma só vez e enviadas à fábrica, de onde já saem sob a forma de fardos de celulose para o embarque no porto privado de Jari. Atualmente, navios de até 40 000 toneladas, de propriedade do próprio Ludwig, estão transportando para o exterior a celulose do Jari.

AGORA, LUCROS — Outra operação cíclica, e de resultados mais nebulosos, é a do arroz — na qual, até 1979, já tinham sido enterrados cerca de 50 milhões de dólares, incluindo o plantio de 3 200 hectares esse ano e a construção de uma usina de beneficiamento, já em operação, com capacidade de processar de 16 a 18 toneladas por hora. Nesse pioneiro projeto, inédito na Amazônia, a produção, em duas safras anuais, vem alcançando um rendimento de 7 toneladas por hectare — e toda a produção é vendida no próprio país.

O caulim, por sua vez, renderá este ano um mínimo de 10 milhões de dólares. Aos poucos, Jari caminha para o equilíbrio de suas contas. Ted Mac Crocklin, vice-presidente de Operações, há menos de seis meses no cargo, assegura que a sua missão é dar por encerrada a fase de projeto. “Hoje, Jari é uma empresa que tem de dar lucro”, afirma. “Para isso, temos de encerrar a fase de pioneirismo e gerir o que foi implantado.” Nesse regime duro, nunca antes vivido pelo Jari, as demissões de funcionários não são escondidas e os cortes nos programas de benefícios são cada vez mais constantes. Por certo, também não se deve esperar que Ludwig continue repassando recursos para o Jari, dando trinta anos de prazo para o dinheiro retornar e não cobrando nem um centavo de juro, ao contrário do expediente adotado pela maioria das multinacionais para repatriar os dólares investidos no Brasil.

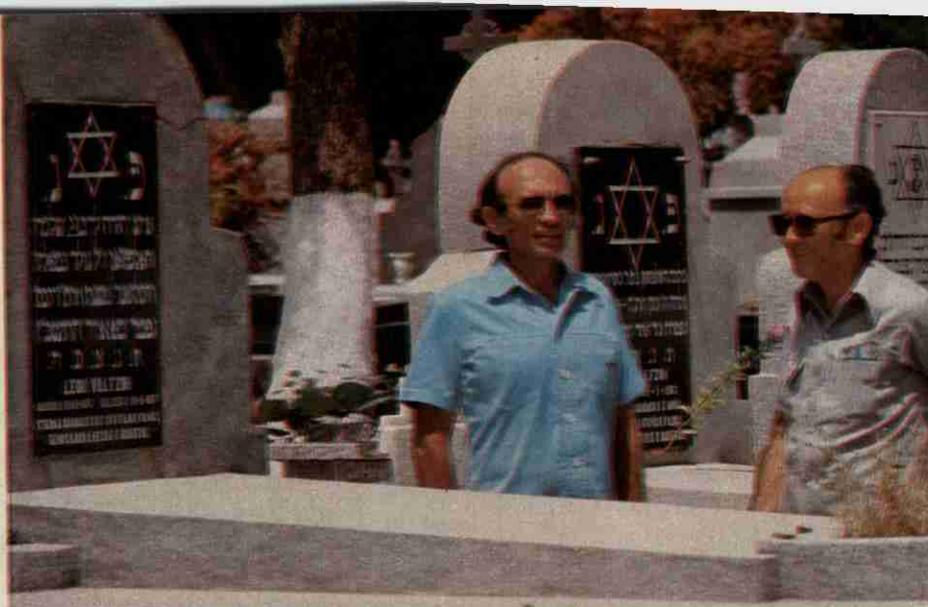
De qualquer forma, seja lá qual for a decisão que o governo venha a adotar ou a reação de Daniel Ludwig, Jari veio para ficar. Afinal de contas, o maior empreendimento privado do mundo, erguido a um custo de 1 bilhão de dólares, já é patrimônio nacional.

ANTÔNIO MACHADO, de
Monte Dourado

Judeus de novo

No nordeste ressurgue uma comunidade hebraica

O Chanucá — ou “festa das luzes” —, que os judeus festejam entre 3 e 10 de dezembro, terá esta semana em Natal, no Rio Grande do Norte, um fulgor inédito: a sua frente estarão quarenta novos judeus que, driblando as leis da aculturação, acabam de retornar ao rebanho hebreu. Seus antepassados chegaram ao Brasil há mais de 300 anos e, graças a um artificioso mimetismo, passaram incólumes pelas fogueiras da Santa Inquisição e subseqüentes perseguições religiosas. Suportaram o anacrônico apelido de *marranos* (“porcos”, em espanhol), deixaram-se batizar, trocaram os nomes, mas conservaram latentes a fé e a cultura hebraicas. Nos últimos anos, ajudados por informações transmitidas pelos pais ou avós, dez desses judeus potiguares já conseguiram retornar ao judaísmo diante de um rabino devidamente autorizado. Breve, os demais farão o mesmo.



SILVIO FERREIRA

Birnbaum e Medeiros: restaurando a memória de seus antepassados

Ainda sem sinagoga ou colégio próprio, reunindo-se na casa de algum membro do grupo ou percorrendo os 300 quilômetros que os separam da sinagoga mais próxima — a do Recife —, os judeus do Rio Grande do Norte acabam de fundar um Centro de Estudos Judaicos, que pretendem transformar “num veículo de transmissão da cultura hebraica”. Afinal, dizem, dos quarenta membros, dez têm curso supe-

rior e quatro são professores universitários. “Já que não dispomos de uma escola para as crianças, formaremos os adultos para eles ensinarem seus filhos”, explica João Dias Medeiros, ex-pastor presbiteriano, diretor cultural do Centro de Estudos e líder espiritual do grupo.

EXPLICAÇÃO — A disposição dos antigos *marranos* natalenses e a redescobert-

ta de seus antepassados começam a ecoar, sobretudo, entre a comunidade judaica. Afinal, como lembra Eliézer Fichbein, professor de História no Colégio Israelita Moisés Chvarts, do Recife, é incomum que pessoas tomem a iniciativa de procurar o judaísmo, uma religião que carrega 2 000 anos de provações e não faz qualquer tipo de proselitismo. Fichbein tem colecionado sucessivas visitas a Natal, onde aplicou questionários sobre antecedentes judaicos aos quarenta membros do grupo.

As respostas, somadas ao contato mais íntimo com os *marranos* natalenses, ofereceram conclusões importantes para a própria história do judaísmo no Brasil. Encontrou-se, por exemplo, uma pesquisa inacabada do antropólogo José Nunes Cabral de Carvalho sobre o povoado de Venhaver, no município potiguar de São Miguel, onde praticamente toda a população ostentaria traços físicos reveladores de ascendência semita bem como nomes retirados do Velho Testamento. Descobriu-se, também, que em Picuí, na divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba, os *marranos* chegaram a construir uma sinagoga, sobre cujas ruínas foi erguida uma igreja católica.

Uma explicação mais detalhada para a presença da cultura hebraica no nordeste é dada pelo presidente do Centro de Estudos, o capitão aposentado da Marinha Ivan Pereira de Souza Birnbaum (Birnbaum, sobrenome dos avós, ele incorporou recentemente). Segundo ele, o nordeste brasileiro recebeu grande número de judeus no período da dominação holandesa no Recife porque os flamengos calvinistas lhes davam total liberdade de culto. "No Pernambuco da época formou-se a primeira comunidade judaica das Américas com perto de 10 000 pessoas", diz Birnbaum.

Derrotados os holandeses, em 1654, os vitoriosos portugueses — obedecendo aos ditames do clero católico — concederam três meses aos judeus ali residentes para abandonarem seu território ou se deixarem batizar. Segundo Birnbaum, só 600 conseguiram embarcar, 23 dos quais aportaram na América do Norte, onde criaram uma comunidade e ajudaram a fundar Nova Amsterdã, hoje Nova York. Os que ficaram no Brasil embrenharam-se nos sertões, sobretudo no Rio Grande do Norte. "Outra preocupação de nosso Centro de Estudos será aprofundar a trajetória histórica de nosso povo, do tempo dos holandeses ao Brasil atual", promete Birnbaum. ●

De 1975 a 1979, a inflação acumulada no Brasil ficou em torno de 550%. Neste mesmo período, 96 ações negociadas nas Bolsas do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram uma valorização superior a 550%. Destas 96, a ação que valorizou mais atingiu 8.143%, e a que valorizou menos chegou a 594,2%.

Ou seja, se você tivesse aplicado no princípio de 1975, dez mil cruzeiros na ação que rendeu mais, ao final de 1979, estes dez mil cruzeiros teriam se transformado em Cr\$ 824.300,00.

Nada mal para uma época onde os investimentos que conseguem superar a inflação podem ser contados nos dedos.

Entretanto, estes números não significam que ações são um investimento de lucro garantido.

Na verdade, como todos os outros investimentos, ações também estão sujeitas a altos e baixos.

Tanto assim, que você não deve se basear somente nesta lista

**VOCÊ É CAPAZ DE
APONTAR UM INVESTIMENTO
QUE ESTÁ GANHANDO
DA INFLAÇÃO?**

NÓS PODEMOS APONTAR 96.